

UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DE COMPANHIAS BRASILEIRAS - DE 1997 A 2005

Laura Calixto

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo examinar as informações ambientais divulgadas por uma amostra de 80 companhias de capital aberto de 17 setores estabelecidas no Brasil. Para isto, foi utilizada a técnica análise de conteúdo dos relatórios contábeis disponibilizados pelas companhias através dos sites das mesmas, da Comissão de Valores Mobiliários ou da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no período de 1997 a 2005. Os resultados obtidos confirmaram o contínuo crescimento quantitativo de informações ambientais divulgadas através dos relatórios contábeis, principalmente por meio do relatório da administração. A análise setorial permitiu identificar profundas diferenças entre setores e entre empresas. Algumas companhias divulgaram muitas informações a cada ano e outras não divulgaram qualquer informação sobre o tema estudado no período analisado. Acredita-se que a percepção da importância do meio ambiente varia entre os gestores, e evidencia-se assim um problema cultural. Apesar da falta de padrão para divulgação deste tipo de informação, esta ocorre voluntariamente, de forma crescente e não necessariamente de forma constante, com diferenças entre setores e entre empresas.

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras - de 1997 a 2005

Resumo

O presente artigo tem por objetivo examinar as informações ambientais divulgadas por uma amostra de 80 companhias de capital aberto de 17 setores estabelecidas no Brasil. Para isto, foi utilizada a técnica análise de conteúdo dos relatórios contábeis disponibilizados pelas companhias através dos sites das mesmas, da Comissão de Valores Mobiliários ou da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, no período de 1997 a 2005. Os resultados obtidos confirmaram o contínuo crescimento quantitativo de informações ambientais divulgadas através dos relatórios contábeis, principalmente por meio do relatório da administração. A análise setorial permitiu identificar profundas diferenças entre setores e entre empresas. Algumas companhias divulgaram muitas informações a cada ano e outras não divulgaram qualquer informação sobre o tema estudado no período analisado. Acredita-se que a percepção da importância do meio ambiente varia entre os gestores, e evidencia-se assim um problema cultural. Apesar da falta de padrão para divulgação deste tipo de informação, esta ocorre voluntariamente, de forma crescente e não necessariamente de forma constante, com diferenças entre setores e entre empresas.

Palavras chave: Contabilidade Ambiental. Setores. Evidenciação.

Área temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social.

1 Introdução

É crescente o número de pesquisas que abordam a questão ambiental nas empresas e em especial, a divulgação do relacionamento destas com o meio ambiente. Diante de constantes mudanças no mercado econômico e financeiro, vários fatores contribuíram para que as empresas buscassem se tornar mais transparentes para o público externo.

Um conjunto de variáveis tem influenciado o comportamento de diversas companhias, que divulgam voluntariamente informações sociais e ambientais e vão além do que é exigido pela legislação. As empresas brasileiras com desempenho ambiental são aquelas com maior inserção no mercado internacional (ANDRADE et al., 2004; SANTOS et al., 2001).

De acordo com Gonçalves (2002) As sociedades anônimas consideram importante a divulgação de informações tanto espontâneas como obrigatórias, pois, para isto utilizam diversos meios como os relatórios oficiais, a mídia impressa, televisiva e a Internet.

Nas pesquisas anteriores sobre a divulgação de informações ambientais em relatórios contábeis, muitos autores investigaram um setor específico, como: Calixto (2004); Carvalho (2002); Guarneri, (2001); Nossa (2002); Oliveira, (2000); Oliveira (2003); Paiva (2003); Paulo et al. (2004); e Silva (2003) e estes estudos destacaram a falta de padronização e de regulamentação como obstáculos na divulgação de informações ambientais de sociedades anônimas de capital aberto no Brasil.

Para continuar o debate sobre o tema, o presente artigo tem por objetivo realizar uma análise sobre o que as companhias brasileiras divulgam sobre o tratamento dado à questão ambiental em seus relatórios contábeis, assim como comparar qualitativa e quantitativamente entre setores as informações evidenciadas.

Apesar da escassez de informações quantitativas divulgadas nos relatórios contábeis, muitas empresas têm divulgado dados sobre o gerenciamento ambiental das suas atividades principalmente por meio do relatório da administração e notas explicativas. Um aspecto pouco

explorado na literatura contábil é a comparação de grupos de empresas entre diferentes setores, pois, afinal, o que motiva uma empresa de um setor a divulgar mais informações qualitativas e ou quantitativas do que empresas de outro setor?

Trata-se de um estudo exploratório e a pesquisa documental foi utilizada para a análise dos demonstrativos contábeis de uma amostra de companhias brasileiras referente o período de 1997 a 2005. Para fins de identificação da quantidade e qualidade de informações divulgadas, foi utilizada a técnica análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica veio dar o suporte teórico, com base nas obras de autores que se dedicaram a estudar o tema abordado neste artigo.

O trabalho justifica-se pelo fato de haver poucas pesquisas que compararam uma amostra significativa de empresas brasileiras de diferentes setores por um longo período e acredita-se que esta análise poderá contribuir para o conhecimento sobre o tema, assim como o debate sobre a importância da contabilidade ambiental.

Os resultados obtidos nesta pesquisa são válidos somente para a amostra selecionada e para fins de limitação, o referencial teórico aborda somente o aspecto ambiental da gestão empresarial, com ênfase nos relatórios contábeis disponibilizados pelas companhias anualmente via relatórios impressos através da Internet e também em sites oficiais como o da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e o site da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

A pesquisa está organizada em 5 seções além desta introdução. Na próxima seção foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado, na sequência foi apresentado o estudo exploratório, em seguida os resultados obtidos e por fim foram feitas as considerações finais sobre as evidências encontradas, além das recomendações para pesquisas futuras.

2 Referencial Teórico

2.1 Aspectos conceituais da contabilidade ambiental

Numa visão global, o destaque dado ao meio ambiente tem se intensificado em razão de resultados alarmantes de problemas como a poluição, esgotamento de recursos naturais e efeitos negativos sobre o clima e temperatura do planeta. O desenvolvimento econômico sem critérios sustentáveis tem sido apontado como um importante condutor de impactos ambientais de diferentes proporções e a necessidade de controle destes atualmente é destaque na mídia.

A sociedade tem se organizado cada vez mais e as pressões sobre as empresas, principalmente sobre as que exercem atividades potencialmente poluidoras podem ser comprovadas pelas iniciativas voluntárias das mesmas em divulgar os investimentos que têm feito em meio ambiente, educação, treinamento de funcionários, preservação e manutenção de praças, reservas florestais, etc.

Entretanto, é preciso destacar que as empresas que exercem atividades potencialmente poluidoras, conforme o grau de risco da atividade, a legislação exige medidas de compensação ambiental quando estas exploram recursos naturais é o caso de empresas de setores como mineração, petróleo, papel e celulose, indústria química, etc. (CALIXTO e NASCIMENTO, 2004).

Divulgar voluntariamente as ações sociais e ambientais via relatórios contábeis tem sido uma prática comum em empresas de diversos setores desde meados da década de 1990, mesma época em que surgiram os primeiros trabalhos acadêmicos sobre contabilidade ambiental no Brasil. Na busca de definição de termos, para Ribeiro (2005, p. 45) esta não é uma nova ciência e tem como objetivo: “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação, e

recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial da entidade”.

Acredita-se que os objetivos da mensuração, controle e divulgação de gastos ambientais não devem ser restritos a investimentos que são divulgados de forma qualitativa nos relatórios das empresas, pois, afinal, estas têm muito mais a informar além da declaração de considerar a responsabilidade ambiental uma variável estratégica em seus negócios.

A certificação pela norma ISO 14000 por dezenas de empresas brasileiras, tem demonstrado a importância desta no mercado competitivo que as mesmas enfrentam constantemente, então, esta também é uma variável que deve ser destacada, uma vez que os seus processos tornaram-se padronizados e há a necessidade de adequar-se a uma norma que exige excelência em seus procedimentos e com respeito ao meio ambiente.

Os resultados da pesquisa de Layrargues (2000) indicaram que a certificação ambiental nas empresas está mais relacionada com pressões externas do que por consciência ambiental. O rigor da legislação ambiental, que a partir de 1998, com importantes avanços na lei de crimes ambientais (Lei n. 9.605, de 1998 e posteriores), ampliou também o foco de atenção dos investidores, consumidores e da sociedade em geral, para que as empresas sejam mais responsáveis.

Portanto, percebe-se que a sociedade pressiona as empresas de alguma forma, quer na decisão de compra de produtos, em audiências públicas para aprovação ou não de algum empreendimento que afetará a vida das pessoas que vivem no entorno de empreendimentos empresariais, como é o caso de mineradoras e hidrelétricas, por exemplo, ou quanto à imagem que os consumidores fazem das empresas, de acordo com a conduta percebida, por suas atitudes, os investimentos que fazem, sua publicidade e por que não, de acordo com os relatórios contábeis.

Contabilidade ambiental pode ser definida como o ramo da contabilidade que mensura, controla e registra os eventos econômicos relacionados com o meio ambiente. Entretanto, as empresas que exercem atividades potencialmente poluidoras, naturalmente devem destacar as contas que se referem aos seus custos e investimentos ambientais.

Um tema em destaque atualmente é o fato de as empresas que não exercem atividades potencialmente poluidoras, como é o caso de instituições financeiras, seguradoras e outras prestadoras de serviços, que investem no meio ambiente, quer na adoção de “áreas verdes”, despoluição de áreas degradadas ou investimento em educação ambiental.

Considerando que inicialmente a questão ambiental esteve muito vinculada ao aspecto social das entidades, tendo em vista que um vasto conjunto de temas emergentes começou a ser discutido nas últimas décadas e atualmente, são áreas pesquisadas e analisadas separadamente em vários países, em razão da complexidade e amplitude de cada temática, contabilidade social e ambiental, na definição de Gray et al., apud Mathews (1997, p. 483):

É o processo de comunicação dos efeitos sociais e ambientais das organizações, ações econômicas de interesse particular de grupos dentro da sociedade e para a sociedade em geral. O tema envolve estender a prestação de contas das companhias para além de regras tradicionais, ou seja, da contabilidade financeira. Tal processo parte da hipótese de que as companhias têm maiores responsabilidades dentro da sociedade, que vão além de “fazer” dinheiro para seus acionistas. (tradução livre).

2.2 Evidenciação contábil das informações ambientais

É preciso que a divulgação das informações contábeis esteja de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e a evidenciação assume papel importante, por ser a forma de comunicação entre a contabilidade e os usuários destas informações. Para alguns autores, os gastos ambientais devem ser destacados em outro relatório, denominado “balanço ambiental” e para outros autores, os gastos ambientais podem ser destacados nas demonstrações que já existem, tendo em vista o custo de elaboração e divulgação que as acompanham. (RIBEIRO, 1992).

Quanto à falta de uniformidade e padrão para divulgação de informações ambientais, estes fatos foram confirmados por autores como Arraes e Diniz (2001); Beets e Souther, (1999); Calixto, (2004); Nossa, (2002); Paiva, (2003); Santos et al., (2001) e Tinoco e Kraemer, (2004).

Enquanto muitos autores têm destacado críticas à falta de padronização, auditoria independente, obrigatoriedade legal de divulgação e todas as dificuldades que esses problemas acarretam para a condução de uma análise das informações ambientais divulgadas pelas empresas, por outro lado, muitas companhias têm divulgado cada vez mais informações qualitativas sobre os seus investimentos em meio ambiente.

Os estudos de Gray, Kouhy e Laves (1995a e 1995b) tiveram com objetivo a criação e o desenvolvimento de um banco de dados sobre a evolução histórica da evidenciação de informações sociais e ambientais por meio dos relatórios contábeis das maiores companhias estabelecidas no Reino Unido no período de 1979 a 1991. Os autores analisaram o conteúdo dos relatórios contábeis divulgados por uma amostra de 100 companhias de 15 setores potencialmente poluidores, além de desenvolverem um modelo de categorias para análise que pudesse ser repetido em outras pesquisas. A investigação revelou que há evidências de uma relação entre o porte das companhias e as informações ambientais divulgadas, assim como o setor e país de origem do capital, variáveis que influenciam a quantidade e qualidade de informações divulgadas em seus relatórios, quais sejam elas voluntárias ou obrigatórias. (GRAY et al. 1995b).

A pesquisa conduzida por Tilt e Symes (1999) teve por objetivo interpretar as informações ambientais divulgadas pelas empresas australianas. O estudo considerou uma amostra de 70 companhias, selecionadas com base nas 500 maiores empresas listadas na *Australian Stock Exchange* (bolsa de valores australianas) em 1994. Os autores concluíram que grande parte da *disclosure* ambiental das empresas de mineração australianas se refere a provisão para a reabilitação de minas, em razão dos benefícios fiscais oriundos desse procedimento. No entendimento dos autores: “esse tipo de evidenciação provavelmente é influenciado não pelo desejo de ser ambientalmente consciente, mas pelo benefício tributário que as empresas têm, quando das despesas incorridas na reabilitação de minas” (TILT e SYMES, 1999, p. 138). (tradução livre).

Através da análise de conteúdo, O'Donovan e Gibson (2000) investigaram a divulgação de informações sobre o meio ambiente de uma amostra de 41 companhias australianas dos setores de química, papel e celulose, transportes, petróleo e gás natural, mineração e outros setores diversificados, no período de 1983 a 1997. Os resultados obtidos pelos autores indicaram que a divulgação de informações sobre o meio ambiente aumentou significativamente no período de 1988 a 1989 e entre 1995 e 1996. Entretanto, a maioria das informações ambientais divulgadas pelas empresas analisadas foi de natureza descritiva. Apesar das dificuldades em se comparar informações de companhias de diferentes setores, os autores o fizeram e identificaram similaridades na quantidade de informações ambientais divulgadas entre as empresas dos setores de mineração, petróleo e gás natural, que divulgaram maior quantidade de informações sobre o tema.

Gadenne e Zaman (2001) investigaram a associação entre o gerenciamento ambiental e as práticas contábeis, por meio do envio de questionário para uma amostra de 125 empresas australianas, selecionadas na lista das 500 maiores companhias daquele país, que fazem parte dos setores de química, mineração, óleo e gás e papel e celulose. De acordo com os autores, apesar de grandes companhias como Western Mining e BHP incluírem os custos sociais e ambientais de suas atividades em seus relatórios financeiros, a grande maioria das companhias australianas não divulga esse tipo de informação, principalmente pelo fato de a divulgação ser predominantemente voluntária. Os resultados da pesquisa indicaram que muitas companhias ainda não desenvolveram o enfoque de custos ambientais e o gerenciamento destes. Das que já desenvolveram, foram motivadas principalmente por requisitos legais e ou normas de certificação ambiental. Quanto à posição dos gerentes contábeis que responderam ao questionário, estes acreditam que a questão ambiental induz a custos e despesas e essas informações deveriam ser divulgadas e detalhadas preferencialmente em notas explicativas e não somente na demonstração de resultado e no balanço patrimonial.

Partindo do pressuposto de que a contabilidade pode contribuir para a sociedade, através da evidência dos eventos relacionados com o meio ambiente de forma transparente nos demonstrativos contábeis, em sua dissertação de mestrado, Leonardo (2001) aplicou um questionário junto a 11 indústrias químicas estabelecidas no Brasil e certificadas pela ISO 14001. A autora verificou que a contabilidade dá pouca ênfase à questão ambiental pelos seguintes motivos: resistência dos administradores em divulgar informações sobre seus passivos ambientais; baixa consistência das informações; dificuldade de mensurar os passivos ambientais, assim como a preocupação em não tornar pública uma má notícia. (relatórios qualitativos e superficiais). Assim, a autora propôs um modelo de demonstrativo contábil que destaca os itens de natureza ambiental segregados das demais contas na demonstração. (LEONARDO, 2001, p. 121-122).

Cormier e Magnan (2003) investigaram os fatores determinantes da divulgação de informações ambientais utilizando uma estrutura de custo/benefício, no contexto da regulamentação legal da França. Os resultados sugeriram que, em adição ao tamanho da companhia, as informações sobre custos e a visibilidade da empresa na mídia determinam o tipo de divulgação de informação ambiental.

Passos e Câmara (2003) analisaram as crescentes mudanças na gestão ambiental de empresas do setor químico. Para isto, os autores selecionaram uma amostra de indústrias químicas estabelecidas no município de Londrina. Os resultados da pesquisa, de acordo com os autores, indicaram que as razões que levam as empresas brasileiras a adotarem políticas de gestão ambiental são variáveis e de natureza reativa, impulsionadas por pressões externas, ou podendo ser implantadas por razões institucionais.

Com o objetivo de identificar como as empresas divulgam contabilmente informações sobre o meio ambiente, Borba e Nazário (2003) examinaram os relatórios contábeis de 37 companhias brasileiras de 10 setores potencialmente poluidores, classificadas entre as maiores e melhores, conforme a publicação da revista Exame do ano 2002. De acordo com os autores, as referências à questão ambiental são encontradas principalmente no relatório da administração e em menor escala, nas notas explicativas e empresas do setor de siderurgia e metalurgia foram as únicas que destacaram suas provisões ambientais no balanço patrimonial.

Numa pesquisa sobre a influência dos *stakhoders* na gestão ambiental das indústrias fluminenses, de acordo com Medeiros (2004), o principal *stakeholder* identificado pelas indústrias é o Estado, em razão das exigências legais atuais. Um dos motivos mais representativos para as empresas investirem em meio ambiente é consolidar a sua imagem corporativa perante o seu mercado consumidor.

Com o intuito de investigar o nível de informações ambientais, conforme as diretrizes recomendadas pelo *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards*

of Accounting and Reporting- ISAR, um grupo de experts em contabilidade ligado à ONU através da *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD, Calixto (2004) examinou os relatórios contábeis de uma amostra de 10 das maiores mineradoras do mundo. Os resultados da pesquisa indicaram que o rigor da legislação e a cultura do país de origem da empresa, sua sede, é que definem a quantidade e qualidade de informações divulgadas em seus relatórios contábeis.

Alberton e Costa Júnior (2004) realizaram um estudo sobre o impacto da implantação de um sistema de gestão ambiental nas indústrias certificadas pela ISO 14001. Com base na análise quantitativa de uma amostra de 63 empresas brasileiras, os autores verificaram que as empresas tiveram retornos positivos após a certificação.

Campbell (2004) analisou o volume de informações voluntárias divulgadas sobre o meio ambiente, nos relatórios anuais de uma amostra de 264 companhias britânicas, de cinco setores (varejista, bebidas, petroquímica, química e outros), no período de 1974 a 2000. Com base numa amostra de empresas que provocam “mais” e “menos” impactos ambientais, para testar os efeitos do corte transversal, o autor identificou uma associação positiva entre o *disclosure* ambiental e a vulnerabilidade estrutural dos cinco setores, em relação aos passivos ambientais das companhias analisadas. Os resultados da pesquisa demonstraram também que ocorreu um aumento na divulgação de informações ambientais das empresas analisadas, principalmente a partir da década de 1980.

Kosztrzepa (2004) elaborou um estudo exploratório no contexto da indústria química. Com base em uma amostra de 11 companhias brasileiras, o autor analisou qualitativamente o relatório da administração e notas explicativas, divulgadas na Internet e nos relatórios ambientais. De acordo com o autor, as empresas deste setor divulgam informações ambientais de forma qualitativa e estas dão destaque às questões relacionadas com a legislação ambiental.

Por meio de uma pesquisa e levantamento, junto a uma amostra de 15 sociedades anônimas de capital aberto de diferentes setores, Alberton et al. (2004) constataram que a contabilidade ambiental é um segmento pouco explorado pelos profissionais da contabilidade, apesar do grande interesse demonstrado pelas empresas quanto a este tema.

De acordo com Oliveira (2005), quanto maior o porte da empresa e se as suas atividades estão relacionadas a impactos ambientais de grandes proporções, maior a quantidade de informações ambientais divulgadas por estas. Entretanto, o balanço social é o demonstrativo mais utilizado, apesar da escassez de detalhamentos quanto a investimentos ambientais, a única informação presente.

Com o objetivo de identificar as variáveis que afetam as informações divulgadas nos relatórios da administração de companhias brasileiras de capital aberto, Rodrigues (2005) realizou uma análise de conteúdo do relatório de administração de uma amostra de 350 companhias, no período de 2001 a 2003. A autora confirmou as seguintes hipóteses: relatórios pessimistas apresentam mais frases sobre o cenário econômico; relatórios otimistas apresentam mais frases sobre o desempenho, sobre a reforma da administração, empresas com problemas tendem a apresentar mais frases sobre perspectivas futuras; e empresas com dificuldades utilizam mais frases sobre a conjuntura econômica.

Com o objetivo de analisar a relação entre o comportamento do preço das ações no mercado acionário e as informações sociais e ambientais divulgadas por grandes corporações, Murray et al. (2006) examinaram os relatórios de uma amostra de 100 companhias inglesas de diferentes setores. A análise de conteúdo foi utilizada para quantificar o número de páginas dos relatórios contábeis em que as empresas destacaram a variável ambiental e social de suas atividades e a estatística descritiva foi utilizada para a análise quantitativa dos dados. De acordo com os autores, os testes aplicados não evidenciaram nenhuma relação entre o comportamento do preço das ações e as informações ambientais e sociais divulgadas pelas

companhias e os mesmos sugeriram a utilização de outras técnicas metodológicas para testar os dados coletados em pesquisas futuras.

Através da revisão bibliográfica sobre pesquisas que exploraram setores específicos ou vários e trabalharam com amostras de companhias brasileiras ou de outros países, observou-se que há muito a ser desenvolvido sobre a divulgação de informações ambientais. Considera-se relevante ainda a análise da evolução destas informações, vista adiante.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de avaliação quantitativa de dados qualitativos. Amplamente utilizada pelas ciências sociais e nas últimas décadas tem se intensificado a sua aplicação em pesquisas contábeis (CAMPBELL, 2004; DEEGAN e RANKING, 2002; GRAY et al., 1995a; NOSSA, 2002; O'DONOVAN e GIBSON, 2000; TILT et al., 1999).

Quanto à definição de análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977, p. 38): “É um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Os resultados de pesquisas anteriores identificaram que a utilização da análise de conteúdo de informações sociais e ambientais deve abranger não somente os relatórios contábeis das companhias, tendo em vista a disponibilização dessas informações através de outros relatórios, assim como, a disponibilização destes na Internet. Unerman (2000).

Neste trabalho, foi utilizada a técnica de análise textual, a qual se caracterizou por três momentos específicos: a identificação de informações ambientais divulgadas pelas empresas, a classificação da sentença, de acordo com as categorias previamente estabelecidas, sem considerar a repetição de termos nos diversos relatórios disponibilizados pelas companhias.

As categorias pré-estabelecidas neste estudo buscaram identificar informações qualitativas ou quantitativas divulgadas pelas companhias componentes da amostra. A pontuação para evidênciação foi desenvolvida com base nas informações contidas nos *websites*, em ícone específico sobre o meio ambiente e nos relatórios contábeis das companhias. Foram então examinados minuciosamente a evidênciação e a não evidênciação dos itens selecionados. As companhias foram avaliadas em “1” para evidênciação e “0” para a não evidênciação das informações. O resultado foi quantificado para comparação entre setores e períodos.

Como o objetivo desta pesquisa é analisar a evolução das informações evidenciadas contabilmente sobre o aspecto ambiental das companhias, este trabalho tem como limitação a identificação do que as empresas componentes da amostra divulgaram somente nos últimos nove anos.

Portanto, foram analisados os relatórios anuais, demonstrações contábeis e informações pertinentes disponibilizadas na Internet, através dos *sites* das companhias componentes da amostra. As categorias previamente estabelecidas foram desenvolvidas com base nos estudos de Gray et al. (1995a) e UNCTAD/ISAR (1998), apresentadas no quadro a seguir:

	Empresa e meio ambiente
1	Declaração de preocupação/comprometimento com a questão ambiental
2	Políticas ambientais
3	Treinamento de funcionários
4	Reconhecimento das regulamentações ambientais
5	Reconhecimento dos impactos ambientais das atividades
	Gestão ambiental
6	Presença de um sistema de gestão ambiental
7	Programa de recuperação ambiental
8	Envolvimento com projetos comunitários de educação ambiental
9	Auditoria ambiental
10	Montante gasto com recuperação/reabilitação ambiental
	Outros gastos ambientais
11	Multas e processos ambientais
12	Montante gasto com proteção/preservação ambiental
13	Avaliação de passivos contingentes
14	Análise quantitativa de gastos com matérias-primas, energia e resíduos da produção
15	Certificação ambiental
16	Licenciamento ambiental de empreendimentos

Fonte: Elaboração própria

Quadro 01 – Categorias pré-estabelecidas para a análise de conteúdo dos relatórios contábeis

3.2 Seleção e perfil da amostra

Como critério de seleção, foram identificadas todas as companhias de capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que exercem atividades potencialmente poluidoras no Brasil e foram destaque no anuário Melhores e Maiores, publicado pela revista Exame (2005). Outra condição foi a acessibilidade dos relatórios analisados, no período de 1997 a 2005, disponibilizados no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, da BOVESPA ou no site das próprias companhias.

As companhias deveriam exercer atividades potencialmente poluidoras, de acordo com a classificação do IBAMA (2005). A amostra final totalizou 80 companhias distribuídas em dezessete setores a seguir apresentados:

	Setores	Número de empresas
1	Alimentos	2
2	Atacado e comércio exterior	2
3	Automotivo	1
4	Bebidas e fumo	2
5	Comércio varejista	2
6	Confecções e têxteis	10
7	Construção	5
8	Mecânica	4
9	Mineração	3
10	Papel e Celulose	8
11	Plásticos e borracha	2
12	Química e petroquímica	5
13	Serviços públicos – energia elétrica	10
14	Serviços públicos - saneamento básico	7
15	Siderurgia e metalurgia	7
16	Telecomunicações	4
17	Transportes	6
	Total	80

Fonte: adaptado da revista Exame-Melhores e Maiores (2005)

Quadro 02 - Dados setoriais da amostra selecionada

4 Análise e Discussão

De fato, é crescente a declaração de preocupação com as questões ambientais entre as empresas, que atingiu 59% da amostra em 2005, assim como o reconhecimento da sua importância para o planejamento estratégico. Porém, as políticas ambientais e informações sobre treinamento de funcionários não são claramente divulgadas pelas companhias, apesar de também serem destacadas nos relatórios da administração (4% e 5% das companhias, respectivamente em 2005). Impactos ambientais das atividades não são reconhecidos por um número significativo de empresas (14% em 2005), apesar do destaque dado às exigências legais ser enfatizado constantemente em seus relatórios (26% das companhias em 2005). Leonardo (2001) encontrou resultados similares, em que há grande preocupação por parte das empresas em não tornar pública uma má notícia, como os efeitos de passivos ambientais, por exemplo. Entretanto, assim como identificou Medeiros (2004) e Kosztrzepa (2004), as companhias brasileiras são fortemente influenciadas pelo poder do Estado, principalmente pelas exigências legais impostas.

Observa-se que as informações declarativas são cada vez mais presentes nos relatórios das companhias, com crescimento acentuado a partir da década de 2000. Estas são referentes à declaração da empresa de que se preocupa com a questão ambiental e está comprometida com o desenvolvimento sustentável. Resultado semelhante foi identificado por Borba e Nazário (2003). As demais categorias analisadas neste grupo permaneceram-se estáveis, sem grandes mudanças no nível de evidenciação. O gráfico a seguir apresenta uma análise da evolução destas informações no período analisado:

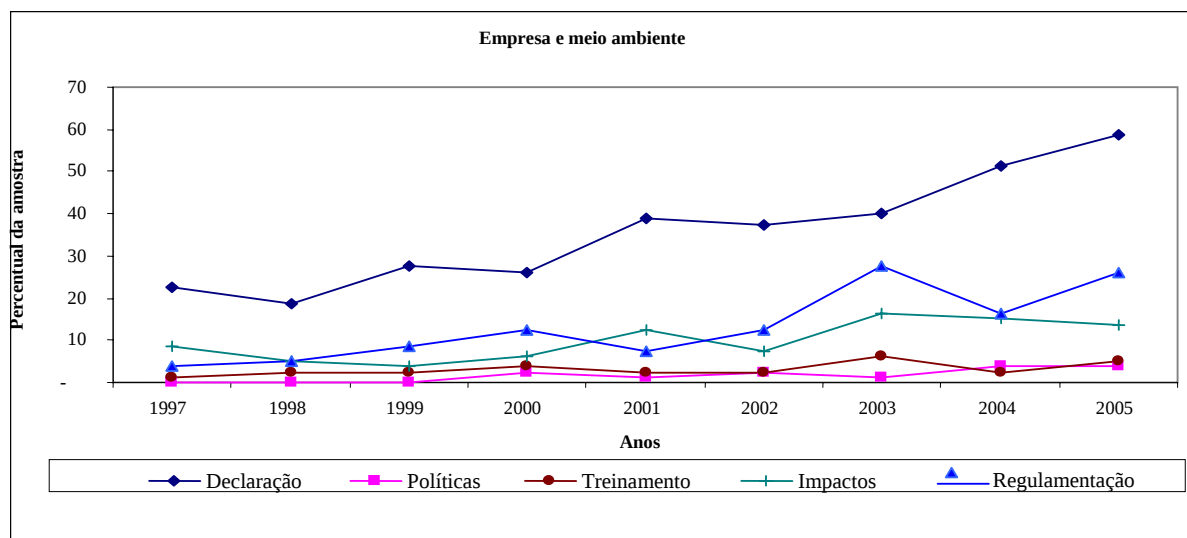


Figura 01 – Evidenciação sobre a empresa e o meio ambiente

O grupo de itens sobre a gestão ambiental nas empresas apresentou crescimento considerável das informações divulgadas sobre a presença de um sistema de gestão ambiental, item cada vez mais presente nas empresas, principalmente pelas exigências do mercado externo, embora não seja uma informação divulgada constantemente pelas empresas analisadas, que foi crescente até 2001, que atingiu 5% das empresas para posteriormente voltar a ser divulgado por um maior número de companhias até 2003. Estes resultados foram consistentes com pesquisas anteriores, como os resultados evidenciados por Passos e Câmara (2003), por exemplo.

A divulgação de programas que envolvem projetos comunitários de educação ambiental é um item constante em grande parte das empresas, apesar do aumento notável do

número de empresas a divulgar tais informações, estas tiveram ligeira queda a partir da década de 2003, que então atingiu 30% da amostra.

As informações sobre programas de recuperação ambiental, presença de auditoria ambiental e montante gasto com recuperação ou reabilitação, mantiveram-se instáveis e com baixos índices de divulgação por parte das empresas. O gráfico a seguir apresenta uma visão geral das informações divulgadas pelas empresas sobre esta categoria:

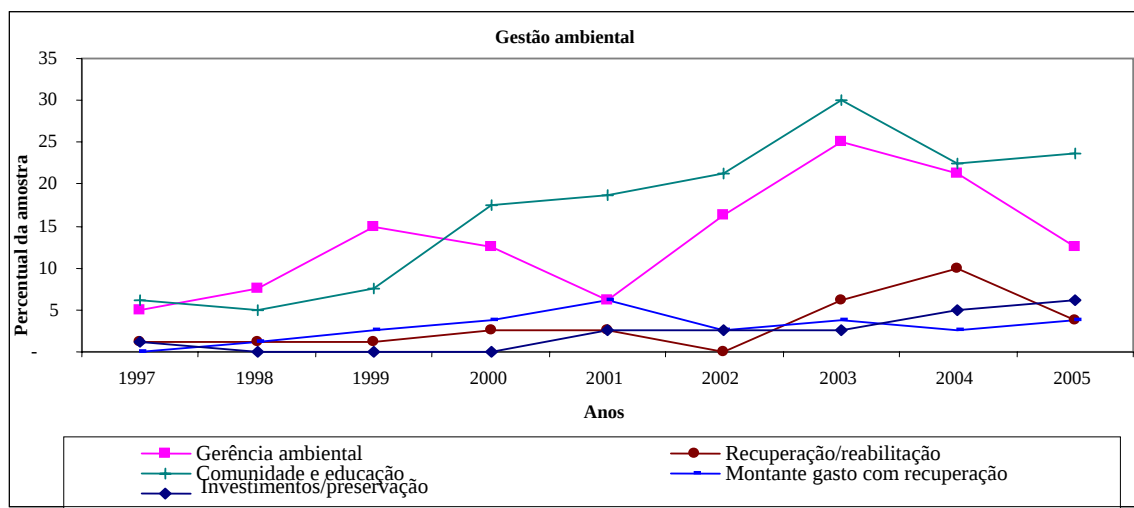


Figura 02 – Informações sobre gestão ambiental

O grupo de informações sobre outros gastos ambientais foi o que apresentou maiores variações. O número de empresas que divulgaram informações sobre investimentos ambientais foi crescente até 2003 (31% da amostra) e manteve-se estável, apesar de uma pequena queda nos anos posteriores. Outro item muito destacado pelas empresas é a certificação ambiental, com destaque considerável em todo o período analisado, apesar da pequena queda observada a partir de 2004. A obtenção de licenciamento para a exploração de empreendimentos ambientais também é um item muito destacado nos relatórios contábeis das companhias e este está relacionado com as exigências legais para operacionalização de empreendimentos relacionados com o meio ambiente. As informações que tiveram pouco destaque foram os itens sobre passivos contingentes e análise quantitativa de gastos com matérias primas, energia e resíduos da produção. O nível de divulgação deste tipo de informação manteve-se baixo e estável ao longo do período analisado. O gráfico a seguir apresenta os resultados desta categoria:

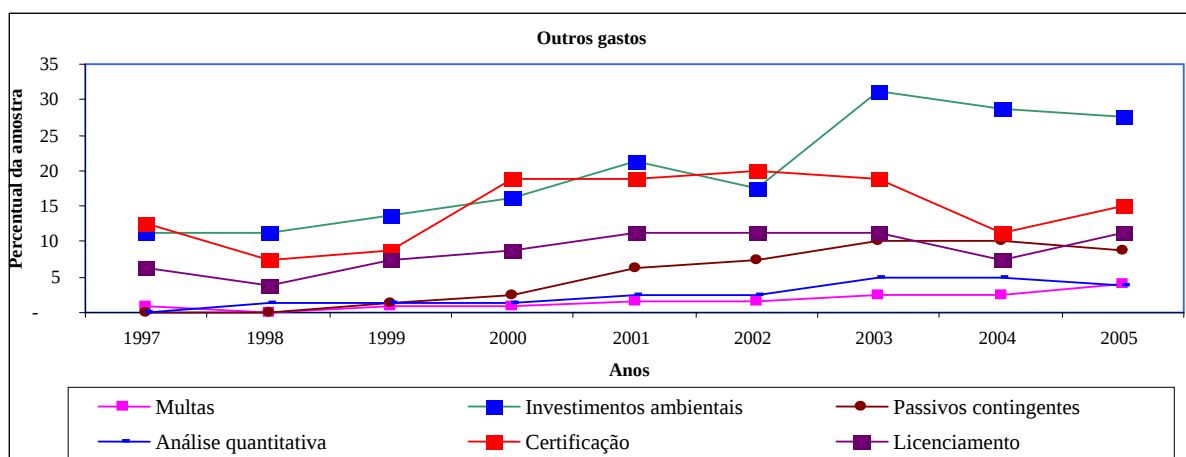


Figura 03 – Outros Gastos ambientais

O exame das informações divulgadas permite observar que houve um crescimento notável das informações divulgadas sobre o meio ambiente desde a década de 1997, com destaque para a quantidade de informações divulgadas em 2001 e 2003. Confirmou-se o que muitos autores já haviam identificado, que é crescente o número de empresas que divulga informações sobre o meio ambiente a cada ano e, as informações divulgadas sobre a certificação ambiental e licenciamento ambiental são as mais enfatizadas pelas companhias, assim como investimentos ambientais e declaração de preocupação com o meio ambiente. O gráfico a seguir apresenta a evolução da divulgação de informações por período analisado:

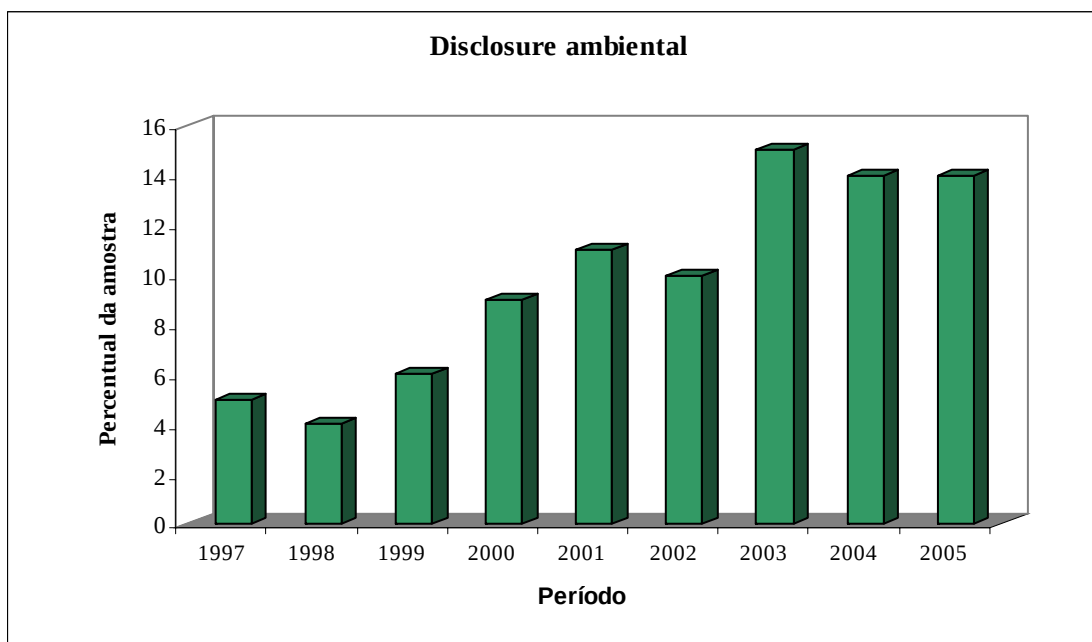


Figura 04 – Evidenciação ambiental por período

Apesar da falta de padrão para divulgação deste tipo de informação, as mesmas são divulgadas voluntariamente, de forma crescente e não necessariamente de forma constante, entre empresas e entre diferentes setores. As empresas analisadas fazem parte de setores potencialmente poluidores, mas verificou-se que este fato não é reconhecido por várias empresas de setores como mineração, alimentos, transportes e confecções e têxteis, que não divulgaram qualquer informação sobre o tema.

Entretanto, empresas de setores como siderurgia e metalurgia, energia elétrica, química e petroquímica e saneamento básico foram as que mais se destacaram em número de empresas que divulgam informações sobre o meio ambiente, quantidade e qualidade destas informações. Acredita-se que este fato ocorre justamente pela regulamentação legal destes setores, assim como a percepção dos impactos que geram, de grandes proporções.

Observou-se também que há muitas diferenças entre empresas dos mesmos setores, enquanto algumas divulgaram muitas informações ao longo do período analisado, outras não disponibilizaram nenhuma informação sobre o meio ambiente.

A predominância de informações qualitativas divulgadas principalmente através do relatório da administração e em menor proporção através de notas explicativas nos relatórios de empresas brasileiras, não foi um resultado diferente do que foi obtido por O'Donovan e Gibson (2000) e Gadene e Zaman (2001), sobre empresas australianas, onde também houve a predominância de informações descritivas divulgadas sobre a questão ambiental naquele país. As dificuldades envolvidas com a análise destas informações estão relacionadas principalmente com o fato desta divulgação ser voluntária.

4 Considerações Finais

O presente artigo teve por objetivo realizar uma análise de conteúdo sobre o que as companhias brasileiras divulgaram sobre o tratamento dado às questões ambientais em seus relatórios contábeis no período de 1997 a 2005. Utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo, pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica neste estudo exploratório. Foram analisados os relatórios contábeis disponibilizados por uma amostra de 80 companhias de capital aberto que exercem atividades potencialmente poluidoras no Brasil.

Os resultados obtidos confirmaram o pressuposto de que é crescente divulgação de informações ambientais por parte das empresas, apesar de pequenos decréscimos em 1998, 2002 e 2004. Confirmou-se também que a maior parte das empresas divulgam informações qualitativas no relatório da administração e em menor escala em notas explicativas e estas não foram auditadas, não foram constantes e conseqüentemente não há possibilidade de inferências sobre as mesmas.

A maior parte das empresas divulgou informações declarativas sobre o seu desempenho ambiental, com destaque para os valores investidos em preservação e proteção do meio ambiente, envolvimento com a comunidade e educação ambiental, assim como o destaque para a implantação e manutenção de um sistema de gestão ambiental e licenciamento de atividades.

Observou-se também que as regulamentações ambientais forma enfatizadas nos relatórios de muitas empresas que dependem destas para viabilizar empreendimentos. Dados positivos, como a obtenção de licenças, ou negativos, como algum empecilho legal, também foram destaques nos relatórios contábeis.

A análise setorial permitiu identificar profundas diferenças entre setores e entre empresas. Algumas companhias divulgaram muitas informações a cada ano e outras não divulgaram qualquer informação sobre o tema estudado no período analisado. Acredita-se que a percepção da importância do meio ambiente varia entre os gestores, e evidencia-se assim um problema cultural, como identificaram Passos e Câmara (2003).

Embora ocorra uma falta de padrão para divulgação deste tipo de informação, as mesmas são divulgadas voluntariamente, de forma crescente e não necessariamente de forma constante, com diferenças entre setores e entre empresas do mesmo setor. As empresas analisadas fazem parte de setores potencialmente poluidores, mas verificou-se que este fato não é reconhecido por empresas dos seguintes setores: mineração, alimentos, transportes e confecções e têxteis, que não divulgaram qualquer informação sobre o tema.

Contudo, empresas de setores como siderurgia e metalurgia, energia elétrica, química e petroquímica e saneamento básico são as que mais se destacaram em número de empresas que divulgam informações sobre o meio ambiente, quantidade e qualidade de informações. Acredita-se que este fato ocorre justamente pela regulamentação legal destes setores, assim como a percepção dos impactos que geram, que de modo geral, são de grandes proporções.

Observou-se também que há muitas diferenças entre empresas dos mesmos setores, enquanto algumas divulgaram muitas informações ao longo do período analisado, outras não disponibilizaram nenhuma informação sobre o meio ambiente.

Recomenda-se para pesquisas futuras a análise do conteúdo de informações divulgadas sobre o aspecto social das empresas; a análise que privilegie outros setores também potencialmente poluidores, a análise que compare empresas potencialmente poluidoras com empresas classificadas como não poluentes e por fim, recomenda-se também a ampliação da amostra e a utilização de outras categorias para análise de conteúdo, com a inclusão de outros itens.

5 Referências

ALBERTON, Anete; COSTA JÚNIOR, Newton Carneiro Affonso da. Meio ambiente e desempenho econômico- financeiro: benefícios do sistema de gestão ambiental (SGAs) e o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras. In ENANPAD, XXVIII, **Anais...** 2004. Curitiba-PR: Anpad, 25 a 29 de set. p. 01-16.

ALBERTON, Luiz; CARVALHO; Fernando Nitz; CRISPIM, Graciele Hernandez. Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial. In CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE, 4º, 2004, FEA-USP. **Anais...** São Paulo. 07 e 08 de out. 2004.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e; DINIZ, Marcelo Bentes. Efeitos de custos e gestão ambiental sobre a competitividade da indústria brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Associação Brasileira de Custos. 2001, **Anais...** UNISINOS - São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEETS, S. D., SOUTHER, C. C. Corporate environmental reports: the need for standards and an environmental assurance service. **Accounting Horizons** v. 13 n. 2 p. 129-145, Jun. 1999.

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Disponível em www.bovespa.com.br. Acesso em 30/05/2006.

BORBA, José Alonso, NAZÁRIO, Leslie. Contabilidade ambiental: A preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil. In: ENANPAD, XXVII, **Anais...** 2003. Atibaia: Anpad, 20 a 24 de set. 2003. p. 01-17.

CALIXTO, Laura. **Contabilidade Ambiental: aplicação do modelo do ISAR no setor de mineração**. 2004, 147f. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Faculdade de Administração e Finanças. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. Análise da pesquisa sobre contabilidade ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n. 154, jul/ago, p. 23-35, 2005.

_____; NASCIMENTO, Silvério Antônio. Contabilidade Ambiental: um estudo de caso no setor de mineração. 2004. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XI, 2004, Associação Brasileira de Custos. **Anais...** Porto Seguro. 27 a 30 de jul. 2004. p. 1-20.

CAMPBELL, David. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies – a research note. **The British Accounting Review**, n. 36, 2004, p. 107-117

CARVALHO, Antônio Manoel Rezende de. **A gestão ambiental como suporte para a implementação de um sistema contábil: um estudo exploratório na indústria goiana**. 2002. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS. São Leopoldo – RS.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Disponível em www.cvm.gov.br acesso em 15/05/2006.

CORMIER; Denis, MAGNAN, Michel. Environmental disclosure research: review and synthesis. **Journal of Accounting Literature** v. 22, 2003 p. 1-44

DEEGAN, Craig; RANKING, Michaela; TOBIN, John. An Examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 15 n. 3, 2002, p. 312-343.

EXAME. Melhores e Maiores 2005. São Paulo. Abril, 2005.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

GADENNE, David; ZAMAN, Monir. **Australian environmental management accounting: an exploratory study of current corporate practice and strategic intent**. 2001. Disponível em <www.conferences.unimelb.edu.au/isbecongress> acesso em 02/08/2004

GONÇALVES, Odair. **Um estudo exploratório sobre a evidenciação nas companhias abertas com atuação no Brasil**. Dissertação de Mestrado. 2002, 115. Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo – RS.

GRAY, Rob; KOUTHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, 1995a, p. 47-77.

_____. Methodological themes: constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, 1995b, p.78-101.

_____; OWEN, Dave; MAUNDERS, K. **Corporate Social Reporting: Accounting and Accountability**. Prentice-Hall, London. 1987. apud MATHEWS, M.R. Twenty-five years of social and environmental accounting research. Is there a silver jubilee to celebrate? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 10 n. 4, p. 481-531. 1997.

GUARNERI, Lucimar da Silva. **A Contabilidade e o desenvolvimento sustentável – um enfoque nas informações contábeis, sociais e ambientais da indústria siderúrgica**. 2001. 179f. Dissertação de Mestrado em ciências contábeis. Faculdade de Administração e Finanças, UERJ. RJ.

IBAMA - Instituto brasileiro meio ambiente e recursos naturais renováveis. Disponível em www.ibama.gov.br acesso em 30/04/2006.

KOSZTRZEPA. Ricardo de Oliveira. **A evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias química**. Dissertação de Mestrado. 2004, 139f. Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo – RS.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de empresas**.v. 40, n. 02, São Paulo, abr./jun. 2000, p. 88-80.

LEONARDO, Vera Sirlene. **A contabilidade e o meio ambiente: uma visão das indústrias químicas certificadas pela ISO 14000**. 2001. 151f. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

MEDEIROS, Luis Cláudio Meirelles de. Meio ambiente e a empresa: o mapeamento dos stakeholders relevantes na gestão ambiental das indústrias fluminenses no início do século XXI. In: ENANPAD, XXVIII, **Anais...** 2004. Curitiba-PR: Anpad, 25 a 29 de set. p. 01-12.

MURRAY, A.; SINCLAIR, D.; POWER, David; GRAY, Rob. Do Financial Markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.19, 2006, p.228-255.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002 246f. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP. SP.

O'DONOVAN, Gary; GIBSON, Kathy. **Environmental disclosure in the corporate annual report: a longitudinal Australian study**. **Corporate environmental reporting**. Disp.em <www.business.vu.edu.au/acccfinresearch/seminar/garyo'donovan.pdf> ac.em 02/07/2004.

OLIVEIRA, Auris Martins de. **Contribuição ao uso da informação contábil aplicada ao meio ambiente natural: um estudo nas médias indústrias de Mossoró-RN**. 2000, 130f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-Eletrônica**, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005. disponível em www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?fuse=action=artigo&id=2081&secao=artigos&volume=4&numero=1&ano=2005. acesso em 07/03/2005.

_____. Análise da situação da gestão ambiental nas indústrias do estado do Rio de Janeiro. In: ENANPAD, **Anais ... data**, 2003. p. 01-16.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidência dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003. 154p.

PASSOS, Luis Antonio Niro; CAMARA, Márcia Regina Gabardo da. Evolução, estratégias e o estado-atual- da -arte da gestão ambiental: um estudo do setor químico. In: ENANPAD, XXVII, **Anais...** 2003. Atibaia: Anpad, 20 a 24 de set. 2003. p. 01-16.

PAULO, Edilson; GOMES, Carlos Adriano Santos; GOMES, Renata Sena; OLIVEIRA, Sérgio Marcelo Rocha; SANTOS, Carina Ramos. Evidência dos custos ambientais: o caso das empresas do setor químico e petroquímico instaladas no estado da Bahia. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XI, 2004, Associação Brasileira de Custos. **Anais...** Porto Seguro. 27 a 30 de jul. 2004. p.01-12.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação de Mestrado. 1992, 139f. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva: 2005.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes. **Análise das variáveis que influenciam as informações divulgadas nos relatórios da administração das companhias abertas brasileiras: um estudo empírico nos anos de 2001 a 2003**. 2005, 118f. Dissertação de Mestrado em ciências contábeis. Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, A. de Oliveira; SILVA, F.B.; SOUZA, S.; SOUSA, Marcos Francisco Rodrigues de. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Contabilidade & Finanças FIPECAFI - USP**, São Paulo, v. 16, n. 27, p. 89-99, set./dez.2001

SILVA, Benedito Albuquerque da. **Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

TILT, Carol Ann; SYMES, C.F. Environmental disclosure by Australian mining companies: environmental conscience or commercial reality? **Accounting Forum** v. 23 n. 2 jun. 1999.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

UNCTAD/ISAR – United Nations Conference on Trade and Development/ Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting. **Environmental Financial Accounting and Reporting at the Corporate level**. United Nations: Geneva, 1998. Disponível em <www.unctad.org/em/docs/c2isar.pdf> acesso em 03/06/2004.

UNERMAN, J. Methodological issues: reflections on quantification in corporate social reporting content analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 13, n. 5, p. 667-680, 2000.